

## ATA NÚMERO 48/XIII (2.<sup>a</sup>)

13.dezembro-2016 – 15h00 – Sala 5

Aos treze dias do mês de dezembro de 2016, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação e Ciência na Sala 5 do Plenário do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

### 1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

### 2. Aprovação da ata

- Da reunião de 06 de dezembro de 2016

### 3. Comunicações do Presidente

### 4. Audiência às Sociedades Portuguesas de Matemática, Química, Física e Filosofia sobre a reestruturação dos currículos escolares sem convocação das sociedades científicas para a discussão – 15h

### 5. Audiência à ABIC, Associação dos Bolseiros de Investigação Científica, para exporem a atual situação dos bolseiros e a precariedade na Ciência – 16h

### 6. [Projeto de Resolução n.º 213/XIII \(1.ª\)](#), do CDS-PP, Promoção do sucesso escolar através de um estratégico e adequado dimensionamento de turmas

[Projeto de Resolução n.º 216/XIII \(1.ª\)](#), do PS, Recomenda ao Governo a progressiva redução do número de alunos por turma

[Projeto de Resolução n.º 217/XIII \(1.ª\)](#), do BE, Medidas para a promoção do sucesso escolar

- Redação final

### 7. Outros assuntos

## 8. Data da próxima reunião

20 de dezembro de 2016, às 15h – Audição regimental do Ministro da Educação

-----

## 1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta da Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

## 2. Aprovação da ata

A ata da reunião de 06 de dezembro de 2016 foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

## 3. Comunicações do Presidente

### 3.1. Discussão de Projetos de Resolução

- A Deputada Joana Mortágua (BE) informou que pretendem que o [Projeto de Resolução n.º 560/XIII](#), do BE, *Recomenda ao Governo a vinculação dos docentes contratados de acordo com o previsto na Diretiva 1999/70/CE*, seja discutido no Plenário.
- A Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) reiterou que indicarão posteriormente se pretendem que o [Projeto de Resolução n.º 550/XIII](#), do PCP, *Recomenda ao Governo que desencadeie os mecanismos necessários para a construção da nova escola EB2/3 do Alto do Lumiar*, seja discutido no Plenário ou na Comissão.
- A Deputada Ana Mesquita (PCP) informou antes da reunião que pretendem que o [Projeto de Resolução n.º 538/XIII](#), do PCP, *Propõe o reforço dos assistentes operacionais das escolas e a sua adequação às necessidades, nomeadamente revendo os critérios que constam da Portaria n.º 29/2015, de 12 de fevereiro*, seja discutido no Plenário.

### 3.2. Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2017

O Presidente da Comissão referiu que tinha sido distribuído ao BE o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2017, para elaboração de relatório, tendo sido indicada como relatora a Deputada Joana Mortágua (BE). Acrescentou ainda que a apreciação do relatório teria lugar na reunião da Comissão de 24 de janeiro de 2017.

### 3.3. Conferência sobre as implicações da era digital e da robótica nas sociedades contemporâneas, em termos de educação, mercado de trabalho e acesso à cultura

Indicou depois que tinha sido equacionada na última Conferência de Presidentes de Comissões a realização de uma conferência sobre a era digital e as suas implicações e nessa sequência a 12.ª Comissão apresentava uma proposta para o efeito (reproduzida a seguir) e solicitava contributos relativamente às propostas e sugestões de oradores ou de outros contactos que entendam oportunos, para a conferência e para a exposição.

- **Proposta de título:** ERA DIGITAL E ROBÓTICA: implicações nas sociedades contemporâneas, em particular nas áreas da educação, do mercado de trabalho e do acesso à cultura
- **Conferência conjunta:** 1.ª, 8.ª, 10.ª e 12.ª, Comissões
- **Proposta de data:** 21 de fevereiro de 2017 (3.ª feira) - 14h30-18h30
- **Proposta de local:** Sala do Senado (foi já efetuada uma pré-reserva)
- **Outras iniciativas:** Organização de uma **exposição** alusiva ao tema, nos Passos Perdidos da AR, que estaria em exibição no dia da Conferência e, pelo menos, durante 15 dias.

O Deputado Porfírio Silva (PS) propôs que fosse também abordado o impacto da robótica nos direitos, liberdades e garantias e questionou qual o conteúdo que se perspectivava para a exposição.

Entretanto, o Presidente da Comissão comprometeu-se a falar com os Presidentes das restantes comissões envolvidas, para articulação e pediu aos Deputados dos vários Grupos Parlamentares que enviassem contributos até ao final da semana seguinte.

### 3.4. Café de Ciência

O Presidente lembrou que o Café de Ciência teria lugar no dia seguinte, a partir das 18h, no Salão Nobre, subordinado ao tema *Segurança, perceção de risco e desperdício alimentar*, tendo solicitado questões para serem postas aos cientistas e respondidas no mesmo.

Indicou depois que haveria participantes de instituições científicas (de Universidades e Politécnicos), instituições públicas (ASAE, Instituto Ricardo Jorge, Câmara Municipal de Lisboa, Direção Geral de Alimentação e Veterinária), organizações não governamentais (Bancos Alimentares Contra a Fome, Movimento Zero Desperdício, Re-food, Fruta Feia, Programa Eco-Escolas) e empresas (Soja de Portugal, El Corte Inglés).

Por último, recordou que está agendado para a reunião plenária do dia 21.12.2016 um debate requerido pelo GP “Os Verdes” sobre desperdício alimentar.

### **3.5. Relatórios de audições**

Os relatórios das 2 audições do Ministro Adjunto e dos Secretários de Estado das Autarquias Locais e da Educação pelo Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação foram aprovados por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

#### **4. Audiência às Sociedades Portuguesas de Matemática, Química, Física e Filosofia sobre a reestruturação dos currículos escolares sem convocação das sociedades científicas para a discussão**

A delegação era composta por um representante de cada Sociedade, identificado na [página da audiência](#).

O representante da Sociedade de Matemática referiu que as razões da audiência estão explicitadas na carta do pedido e em resumo respeitam ao facto de as sociedades científicas em causa terem sido excluídas da reestruturação científica dos currículos e o Grupo de Trabalho nomeado pelo Governo ir terminar o seu trabalho já em janeiro.

Defendeu depois que as perspetivas dos professores e das sociedades são diferentes e a Matemática deve ter uma perspetiva vertical, do 1.º ao 12.º ano. Realçou que a disciplina está em constante evolução e atualização permanente, assim como os currículos e os conhecimentos não são da área dos professores, mas das sociedades científicas. Por último, considerou que as alterações em curso não parecem melhorar as aprendizagens.

A representante da Sociedade de Física indicou que se pretende retirar 25% do currículo, para maior aprofundamento do restante.

O representante da Sociedade de Química informou que entretanto foram integrados no respetivo Grupo de Trabalho e a Direção Geral de Educação lhes tem fornecido todos os elementos, realçando que o prazo para conclusão dos trabalhos é muito curto o que dificulta o contributo da respetiva sociedade.

O representante da Sociedade de Filosofia informou que foram integrados a convite da Associação de Professores de Filosofia e já estão a trabalhar com o respetivo Grupo de Trabalho.

Interveio depois o Deputado Pedro Alves (PSD), referindo que as sociedades científicas foram sempre parceiras nestes processos e têm um papel complementar das associações de professores, tendo manifestado estranheza por algumas sociedades só terem participação a convite da respetiva associação de professores.

Perguntou depois se conheciam a razão do procedimento adotado e se o desenho do currículo essencial que tinha sido pedido pelo Secretário de Estado da Educação teria implicações, nomeadamente, a nível do programa das disciplinas, metas curriculares e manuais escolares.

A Deputada Susana Amador (PS) considerou que a participação das sociedades é essencial e que tal está a acontecer. Referiu depois que o currículo passa em 1.º lugar pela qualidade das aprendizagens e competências sociais e relacionais dos alunos, numa escola que se quer de sucesso e inclusão e indicou que a extensão e carga curricular não permite o acompanhamento diferenciado dos alunos. Equacionou também a alteração de metas devidamente fundamentada e perguntou o que se pode esperar da participação das sociedades e qual a importância do consenso profissional e científico nesta matéria. Questionou ainda sobre a articulação entre o perfil de saída do 12.º ano e o curriculum essencial.

O Deputado Luís Monteiro (BE) manifestou que a participação das sociedades é importante e referiu que a informação que tinha era que o Grupo de Trabalho pretendia olhar para as dificuldades de aprendizagem dos alunos e daí o convite às associações de professores. Perguntou depois se havia alguma relação entre as associações de professores e as sociedades das disciplinas em causa.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) considerou que a qualidade das aprendizagens tem por base os currículos, matéria em que é relevante a participação das sociedades científicas, e a forma da sua aplicação, área em que são fundamentais as associações de professores. Perguntou depois se, no tempo disponível, ainda tinham possibilidade de darem um contributo.

A Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) defendeu que a alteração dos currículos deve ser devidamente ponderada, levando em conta o balanço do que está em vigor e fazendo a audição dos vários intervenientes, designadamente, as sociedades científicas, as associações de professores e os sindicatos e alertou que as alterações não podem ser frequentes, sob pena de instabilidade. Por último, perguntou qual a diferença entre as associações de professores e as sociedades científicas.

Na sequência das perguntas e observações expressas, o representante da Sociedade de Filosofia referiu que mais de metade dos sócios da mesma pertence à Associação de Professores de Filosofia e acrescentou que o programa da disciplina tem cerca de 20 anos e não tem o acordo de ninguém.

O representante da Sociedade de Química referiu que o Ministério da Educação pretende definir as aprendizagens essenciais e não essenciais do ensino obrigatório de 12 anos e não mexe nos programas e nas metas curriculares.

A representante da Sociedade de Física referiu que o objetivo é a libertação de 25% do currículo, para os alunos aprenderem melhor. Nesse âmbito, defendeu a adoção de metodologias diversificadas, nomeadamente, a utilização de projetos multidisciplinares.

O representante da Sociedade de Matemática considerou que os programas, as metas e os restantes elementos não devem ter alterações frequentes e devem ter avaliação, realçando que está a ser revisto um programa que ainda não entrou em funcionamento. Informou depois que o facto de não terem sido chamados para participar no processo se deverá à oposição da Associação de Professores de Matemática à participação da Sociedade, tendo ainda discordado da supressão de 25% do currículo da disciplina.

Acrescentou que o processo começou em outubro passado e vai terminar em janeiro de 2017 e reiterou a preocupação com a não participação da Sociedade de Matemática no processo, bem como com a revisão pretendida.

A gravação da reunião está disponível na [página da audiência](#).

#### **5. Audiência à ABIC, Associação dos Bolseiros de Investigação Científica, para exporem a atual situação dos bolseiros e a precariedade na Ciência**

A delegação da Associação dos Bolseiros de Investigação Científica (ABIC) era composta por 3 investigadores, identificados na [página da audiência](#).

Os representantes da ABIC referiram o seguinte, em síntese:

1. Regista-se uma elevada precariedade na ciência;
2. O Estatuto do Bolseiro de Investigação é de 2004, tendo sido alterado em 2012;
3. Não há informação disponível que permita fazer o levantamento de todos os bolseiros, tendo referido que devia existir na Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) um registo nacional de bolseiros, tenham ou não bolsa daquela entidade, o que aliás estava previsto no Estatuto do Bolseiro de Investigação;
4. Em novembro passado foi exibido um programa televisivo sobre os bolseiros, que retratou as dificuldades dos mesmos;
5. Registam-se atrasos na avaliação dos bolseiros, que são recorrentes;
6. Há inúmeros casos de bolsas ao abrigo do Estatuto do Bolseiro de Investigação em que o respetivo estatuto foi atribuído a não licenciados ou a licenciados para desenvolverem tarefas de bibliotecários e projetistas, tendo indicado vários exemplos e salientado que todas essas bolsas foram aprovadas pela FCT;
7. Perguntaram depois o que pode e vai fazer a Assembleia da República, referindo que enquanto existir o atual Estatuto do Bolseiro, vão continuar a haver situações idênticas às identificadas;
8. Salientaram ainda que o Estatuto permite a contratação de investigadores com uma remuneração inferior ao salário mínimo;
9. Referiram também a inexistência de segurança social digna para os investigadores bolseiros;
10. Vários subsídios que recebem têm vindo a receber cortes ao longo dos anos;

11. As bolsas continuam sem atualização há vários anos, pelo que os seus valores estão desatualizados.

Interveio depois o Deputado Duarte Marques (PSD), questionando se concordavam com a atribuição do regime de segurança social e o que propunham. Referiu depois que em 2016 não há bolsas, estando 5.000 investigadores à espera das mesmas.

O Deputado Porfírio Silva (PS) informou que conhece bem a situação, por experiência própria. Concordou depois que a proteção social dos bolseiros é diminuta e tem de ser revista e defendeu a necessidade de se fazer a distinção entre bolsas, de formação e o trabalho científico. Referiu ainda que no âmbito da avaliação das unidades de investigação o combate à precariedade e a melhoria da segurança social são essenciais.

O Deputado Luis Monteiro (BE) defendeu o combate à precariedade e manifestou esperar que o Governo torne público o estudo de combate à precariedade que está a desenvolver sobre a matéria. Equacionou ainda as falsas bolsas, que não se destinam a investigação científica e referiu que no modelo fundacional das instituições de ensino superior se regista o abuso dos bolseiros.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) referiu que o sistema dos bolseiros tem vindo a ser usado indevidamente ao longo dos anos e questionou se o novo sistema, do [Decreto-Lei n.º 57/2016](#), vai ajudar a resolver a situação.

A Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) referiu que o sistema atual permite que o valor das bolsas seja inaceitável e informou que estão em curso apreciações parlamentares do Decreto-Lei acima referido. Considerou depois que se verifica uma desregulação do setor e que o recurso ao bolseiro desvaloriza o trabalho científico, propondo a integração dos investigadores na carreira.

Na sequência das perguntas e observações expressas, os representantes da ABIC indicaram o seguinte, em resumo:

1. O Estatuto do Bolseiro prevê situações díspares e deve ser revogado;
2. As bolsas de apoio ao doutoramento (apenas bolsa para pagamento da propina) exigem trabalho exclusivo e atribuem um valor reduzido;
3. O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior tem vindo a reconhecer as deficiências do sistema;
4. Propõem que os bolseiros façam contribuições, participadas, para a segurança social, com base na remuneração recebida;
5. Verifica-se uma grande instabilidade atual, por não se saber quando vai haver concursos, pelo que pediram a calendarização dos vários concursos de bolsas;
6. As bolsas não têm atualização desde 2002;
7. Os investigadores perderam vários subsídios, nomeadamente para frequência de cursos (essencial para partilha de informação entre pares) e é reduzido o período de financiamento das saídas ao estrangeiro;
8. Não foi implementado o Provedor do Bolseiro, que apoiaria os bolseiros;

9. Embora todos os bolsеiros façam parte do sistema científico nacional, doutorados ou não, o Decreto-lei que está em apreciação parlamentar só prevê contratação de doutorados, discrimina os trabalhadores com vínculo diferente e tem havido uma recusa das instituições em contratarem.

A gravação da reunião está disponível na [página da audiência](#).

**6. [Projeto de Resolução n.º 213/XIII \(1.ª\)](#), do CDS-PP, Promoção do sucesso escolar através de um estratégico e adequado dimensionamento de turmas**

[Projeto de Resolução n.º 216/XIII \(1.ª\)](#), do PS, Recomenda ao Governo a progressiva redução do número de alunos por turma

[Projeto de Resolução n.º 217/XIII \(1.ª\)](#), do BE, Medidas para a promoção do sucesso escolar

Os Deputados Porfírio Silva (PS) e Joana Mortágua (BE) concordaram com a fusão dos 3 textos, enquanto a Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) discordou, por o Projeto de Resolução do PS prever a diminuição do número de alunos, mas sem a quantificar. Nesta sequência, foi deliberado manter os 3 textos, tendo as propostas de alteração constantes da informação dos serviços sido aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

## 7. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

## 8. Data da próxima reunião

**20 de dezembro de 2016, às 14h45**

15h – Audição regimental do Ministro da Educação

A reunião foi encerrada às 17:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



Comissão de Educação e Ciência

---

Palácio de São Bento, 13 de dezembro de 2016

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**

**(ALEXANDRE QUINTANILHA)**

Ata aprovada na reunião da Comissão de 3 de janeiro de 2017

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha  
Amadeu Soares Albergaria  
Ana Rita Bessa  
André Pinotes Batista  
Joana Mortágua  
Laura Monteiro Magalhães  
Luís Monteiro  
Margarida Mano  
Maria Germana Rocha  
Maria Manuela Tender  
Nilza de Sena  
Odete João  
Pedro Alves  
Pedro Pimpão  
Porfírio Silva  
Susana Amador  
Álvaro Batista  
Ana Virgínia Pereira  
Cristóvão Crespo  
Duarte Marques  
José Cesário  
Pedro Coimbra

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Maria Augusta Santos  
Sandra Pontedeira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Mesquita  
Diogo Leão  
Emília Santos  
Ilda Araújo Novo  
João Torres